

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG PARA: 1) APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO HOSPITAL ESTADUAL DE DOENÇAS TROPICAIS DR. ANUAR AUAD (HDT) E DO CENTRO ESTADUAL DE ATENÇÃO PROLONGADA E CASA DE APOIO CONDOMÍNIO SOLIDARIEDADE (CEAP-SOL), AMBOS EM GOIÂNIA-GO, NO ANO DE 2017; 2) OUTROS ASSUNTOS.

Aos 26 dias do mês abril de 2018, às 11:00 horas, reuniram-se nesta Capital, na sede do “**INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG**”, na Alameda Salvador, 1057, Condomínio Salvador Shopping Business, 1057, Torre América, sala 712, CEP 41.820-790, os membros integrantes do Conselho de Administração, que assinam a anexa lista de presença, e ainda o Diretor Presidente, **Dr. André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes**, na qualidade de Dirigente Máximo deste Instituto, atendendo ao quanto disposto no art. 35, § 4º do Estatuto Social do ISG, para discutir e deliberar sobre:


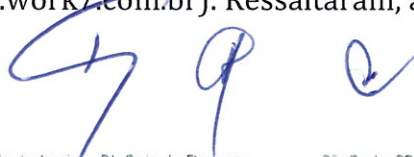
1) APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO HOSPITAL ESTADUAL DE DOENÇAS TROPICAIS DR. ANUAR AUAD (HDT) E DO CENTRO ESTADUAL DE ATENÇÃO PROLONGADA E CASA DE APOIO CONDOMÍNIO SOLIDARIEDADE (CEAP-SOL) DO ANO DE 2017.

Dando início ao primeiro item da pauta, o Diretor-Presidente passou a palavra ao Superintendente Executivo, Engº João Carlos Sampaio, bem como para o Superintendente Administrativo, Srº Terêncio Sant’Ana Costa, para que os mesmos apresentassem o relatório da auditoria realizada nas demonstrações contábeis do exercício de 2017 do Hospital de Doenças Tropicais e do Condomínio Solidariedade.

Inicialmente, os Superintendentes Executivo e Administrativo informaram que a contabilidade do Instituto é realizada pela empresa TMF Group (www.tmf-group.com) e a auditoria externa independente é realizada pela auditoria Work 7 (www.work7.com.br). Ressaltaram, ainda, que o

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADA
NO REGISTRO Nº 42431-14
LIVRO A em 10/05/2018

1



referido relatório da auditoria independente concluiu pela regularidade das demonstrações contábeis do exercício de 2017 do Hospital de Doenças Tropicais e do Condomínio Solidariedade.

Os Superintendentes informaram aos presentes que, com base no atual relatório da auditoria, o Conselho Fiscal, reunido no dia 25 de abril de 2018, emitiu parecer recomendando, por unanimidade, a aprovação das demonstrações contábeis do Instituto relativas ao exercício de 2017.

Destacaram que os pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente ficarão disponíveis para consulta nos arquivos do Instituto.

Na sequência, os Superintendentes apresentaram as demonstrações contábeis do Hospital de Doenças Tropicais e do Condomínio Solidariedade referentes ao exercício de 2017. Os Conselheiros debateram alguns pontos dos balanços.

Finda as discussões e esclarecidas as dúvidas, os Conselheiros presentes aprovaram, por unanimidade, as demonstrações contábeis do Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad e do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade referentes ao exercício de 2017.

2) OUTROS ASSUNTOS

Passando ao segundo item da pauta, o Diretor-Presidente abriu a palavra para outros assuntos. Não havendo mais nada a ser deliberado, o Diretor agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, tendo sido redigida a presente ata.

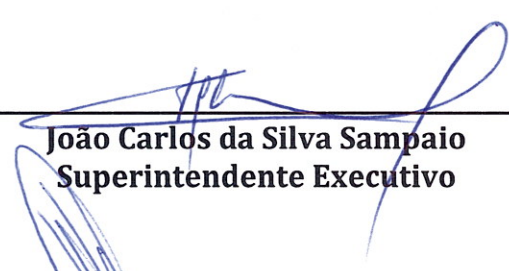
Salvador, 26 de abril de 2018.



André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
Diretor-Presidente

O REGISTRO/AVISO
COMPETENTE FOI EFETUADA
NO REGISTRO Nº 42451-14
LIVRO A em 30/05/2018

Obs.: Essa folha é parte integrante da ata de reunião ordinária do conselho de administração do ISG, do dia 26 de abril de 2018, para aprovação das demonstrações contábeis do HDT e do Condomínio Solidarietàade.



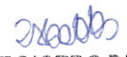
João Carlos da Silva Sampaio
Superintendente Executivo



Terêncio Sant'Ana Costa
Superintendente Administrativo



Otávio Augusto Cardoso Adegas
Secretário / Assessor Jurídico ISG


**1º REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS - SALVADOR-BA
VERÔNICA ALVES CALDAS
ESCREVENTE AUTORIZADO**

O REGISTRO/AVENÇAMENTO
COMPETENTE FOI EFETUADA
NO REGISTRO Nº 42451-14
LIVRO A em 30/05/2018

1º OFICIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE SALVADOR / BA
Av. Joana Angélica, 79 - Pupileira - Nazaré

Gierck Guimarães Medeiros
Oficial Registrador

CERTIFICA, que o presente título foi protocolado sob o n. **48151** LIVRO A:0 Pag: 0 em **10/05/2018**
e registrado nesta data sob o n. **42451**, no LIVRO A:0 Pag: 0 conforme segue: DAJE Nº: **9999 020 878214**

Averbação Nº: **14**

Apresentante.....: **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES**
Valor Base.....: R\$ **335,58**
Natureza do Título.....: **ATA**


Emolumentos	R\$	160,41
Taxa Fiscalização	R\$	115,10
FECOM	R\$	49,33
Def. Pública	R\$	4,30
PGE	R\$	6,44

TOTAL GERAL.....: R\$ 335,58

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1565.AB025962-0
U0H9LFXR4B
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

ATA DE 26/04/2018 - GOIÂNIA

Salvador, 10 de Maio de 2018.

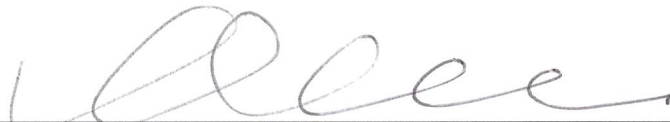

VERONICA ALVES CALDAS
ESCREVENTE AUTORIZADA

1º REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS - SALVADOR-BA
VERÔNICA ALVES CALDAS
ESCREVENTE AUTORIZADO

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO SÓCRATES GUANAES – ISG PARA: 1) APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO HOSPITAL ESTADUAL DE DOENÇAS TROPICAIS DR. ANUAR AUAD (HDT) E DO CENTRO ESTADUAL DE ATENÇÃO PROLONGADA E CASA DE APOIO CONDOMÍNIO SOLIDARIEDADE (CEAP-SOL) NO ANO DE 2017; 2) OUTROS ASSUNTOS.

LISTA DE PRESENÇA

Adilson Almeida Sampaio



Ana Helena Teixeira Patrus de Souza

Mário Sérgio Maia Guanais

Heitor de Araújo Góes Reis

→ DX 

Juracy Magalhães Neto

Luciana de Montigny

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO SÓCRATES GUANAES – ISG PARA: 1) APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO HOSPITAL ESTADUAL DE DOENÇAS TROPICAIS DR. ANUAR AUAD (HDT) E DO CENTRO ESTADUAL DE ATENÇÃO PROLONGADA E CASA DE APOIO CONDOMÍNIO SOLIDARIEDADE (CEAP-SOL) NO ANO DE 2017; 2) OUTROS ASSUNTOS.

Luiz Roberto Londres



Leonard Edward Bannet

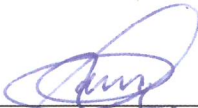
Marcos Freitas Knibel



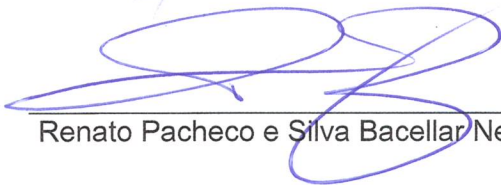
Marcos Vinícius dos Anjos Gonçalves de Freitas



Mônica Marques Pedreira Gallas



Reginaldo Farasco Perna



Renato Pacheco e Silva Bacellar Neto



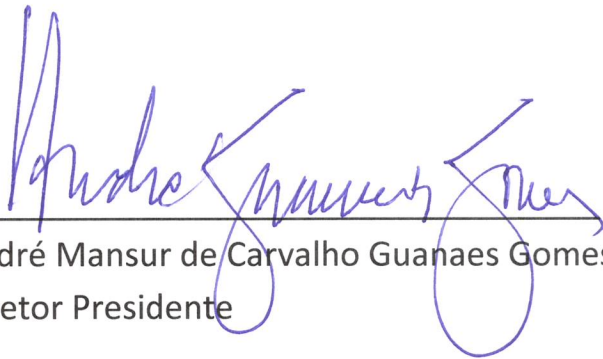
João Carlos da Silva Sampaio

Ilmo Sr. Oficial do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas desta Capital.

O abaixo assinado vem requerer a averbação da **ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG PARA: 1) APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO HOSPITAL ESTADUAL DE DOENÇAS TROPICAIS DR. ANUAR AUAD (HDT) E DO CENTRO ESTADUAL DE ATENÇÃO PROLONGADA E CASA DE APOIO CONDOMÍNIO SOLIDARIEDADE (CEAP-SOL) NO ANO DE 2017; 2) OUTROS ASSUNTOS, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2018**, situado nesta Capital à Alameda Salvador, 1057, Condomínio Salvador Shopping Business, Torre América, Sala 712, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41.820-790 de acordo com a Lei 6.015/73.

P. Deferimento.

Salvador, 07 de maio de 2018.



André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
Diretor Presidente

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração das mutações do patrimônio social

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores do
INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG
GESTOR DO HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS Dr. ANUAR AUAD – HDT/HAA
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do HDT/HAA** - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do HDT/HAA**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Apesar da conferência dos itens de estoque, realizada ao final do exercício de 2017, ter sido satisfatória, os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, foram insuficientes para concluir sobre a valoração dos custos que compõem o valor do Estoque. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração do grupo e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Conforme item "i", da nota explicativa número 15, não conseguimos validar os valores reconhecidos na rubrica "custo de pessoal cedido". Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração do grupo e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Crédito de Subvenção e Reconhecimento da Receita**

Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito de Subvenções a receber da Secretária de Estado da Saúde de Goiás – SES/GO, estão correlacionados nas Notas "05 DEMONSTRATIVO DO CONTRATO DE GESTÃO E ADITIVOS" e "14 RECEITAS COM PROGRAMA DE ATIVIDADES DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO", ambas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre os Créditos de Subvenções a receber, no valor de R\$ 25.057 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato de Nº 091/2012, firmado entre a **SES-GO** - Secretária de Estado da Saúde de Goiás e o **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG**, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad – HDT/HAA, será cumprido no exercício de 2018.

A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios do contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, antecipadamente, custos/despesas, em relação aos repasses mensais, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 76.871 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro do Crédito de Subvenções da SES/GO, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida, ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita.

Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes. Semelhantemente, constatamos que a diferença da subvenção relacionada foi transferida para a conta de contratos de gestão e convênios no Ativo, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota "05 DEMONSTRATIVO DO CONTRATO DE GESTÃO E ADITIVOS", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB

▪ Mudança no Critério Contábil

Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota “3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS”, subitem “3.2 ATIVO IMOBILIZADO”, letra “a”, “RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO”, informados nas demonstrações contábeis da Entidade.

A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não mais reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão N° 091/2012, firmado entre a SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o Instituto Sócrates Guanaes – ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad – HDT/HAA, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens passaram a não ser registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-GO e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do HDT/HAA optou por acatar o novo entendimento contábil.

Resposta da auditoria ao assunto

Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou à NBC TG 26 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer.

Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da **ESSÊNCIA SOBRE A FORMA**, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s).

Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

Ênfase

Continuidade das operações e saldo do reconhecimento da receita

Conforme descrito na Nota 15, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-GO, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 091/2012 e demais aditivos, contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 27/06/2018. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Conforme descrito na Nota 5, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-GO, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 091/2012 e demais aditivos, contudo, chamamos a atenção para o saldo limite remanescente da receita a ser reconhecida até a conclusão do contrato, que em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 9.856 milhões. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 06 de abril de 2017.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia – GO, 23 de abril de 2018.

Work7 Auditores Independentes SS
CRC 001891 GO

José Ricardo Xavier
Contador CRC GO-013785/O-0
CVM 12.424

**Balço patrimonial
Em 31 de dezembro
(Em reais)**

	Nota	2017	2016
-			
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.579.131,37	14.202,85
Contratos de gestão e convênios	5	25.057.931,00	20.888.838,50
Estoque	6	785.449,73	725.285,27
Adiantamentos a fornecedores		143.231,31	54.213,36
Outros ativos		12.970,80	127.918,74
Total do ativo circulante		31.578.714,21	21.810.458,72
Não Circulante			
Depósitos Judiciais		36.102,74	24.595,77
Partes Relacionadas	7	19.610,01	
Total do ativo não circulante		55.712,75	24.595,77
Total do ativo		31.634.426,96	21.835.054,49
Ativo compensado	8	13.405.964,12	13.306.283,26
Total do ativo e do ativo compensado		45.040.391,08	35.141.337,75
Passivo e patrimônio social			
Circulante			
Fornecedores	9	11.830.902,71	11.643.710,01
Salários e encargos sociais	10	5.275.810,66	6.563.693,09
Obrigações tributárias	11	8.698.955,61	1.766.722,56
Subvenções assistências a realizar	12	9.411,05	9.411,05
Total do passivo circulante		25.815.080,03	19.983.536,71
Não Circulante			
Partes relacionadas	7	5.819.346,93	1.851.517,78
Total do passivo não circulante		5.819.346,93	1.851.517,78
Total do passivo		31.634.426,96	21.835.054,49
Passivo compensado		13.405.964,12	13.306.283,26
Total do passivo e patrimônio social e passivo compensado		45.040.391,08	35.141.337,75

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em reais)**

	Nota	2017	2016
Receitas com restrição			
Programa atividades de saúde	14	75.321.916,10	68.153.766,30
Receita Ressarcimento Rescisão		1.549.794,52	-
		<u>76.871.710,62</u>	<u>68.153.766,30</u>
Receitas sem restrição			
Outras receitas		<u>335.584,15</u>	<u>436.556,29</u>
Custos com programa			
Programa de atividades de saúde	15	<u>(50.576.613,53)</u>	<u>(48.227.780,22)</u>
Superávit bruto		26.630.681,24	20.362.542,37
Despesas operacionais			
Com pessoal		(7.721.584,14)	(3.531.381,49)
Serviços prestados por terceiros		(14.818.944,31)	(14.940.248,51)
Gerais e administrativas		(2.315.412,55)	(1.585.113,58)
Tributárias		<u>(83.158,73)</u>	<u>(138.381,66)</u>
		<u>(24.939.099,73)</u>	<u>(20.195.125,24)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		1.691.581,51	167.417,13
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		7.645,08	7.453,19
Despesas financeiras		<u>(1.699.226,59)</u>	<u>(174.870,32)</u>
		<u>(1.691.581,51)</u>	<u>(167.417,13)</u>
Superávit do exercício		<u>(0,00)</u>	<u>0,00</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

Demonstração das mutações do patrimônio social
(Em reais)

Sem movimento

**Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro
(Em reais)**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxos de caixa das atividades sociais		
Superávit do exercício		
Variações nos ativos e passivos		
Contratos de gestão e convênios	(4.169.092,50)	(4.811.235,16)
Estoque	(60.164,46)	(16.549,44)
Impostos e contribuições a recuperar	-	1.138,34
Adiantamentos a fornecedores	(89.017,95)	(24.204,22)
Depósitos judiciais	(11.506,97)	(24.595,77)
Outros ativos	114.947,94	18.593,72
Fornecedores	187.192,70	5.024.251,81
Salário e encargos sociais	(1.287.882,43)	(1.492.783,15)
Obrigações tributárias	6.932.233,05	1.012.043,32
Contingências	-	(551.396,05)
Partes relacionadas	3.948.219,14	729.203,63
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais	<u>5.564.928,52</u>	<u>(135.532,97)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>5.564.928,52</u>	<u>(135.532,97)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>14.202,85</u>	<u>149.735,82</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>5.579.131,37</u></u>	<u><u>14.202,85</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(em reais)**

1. Contexto Operacional

O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa.

O **Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad (HDT/HAA)**, fundado em 10 de janeiro de 1977, surgiu em virtude de uma grande epidemia de doenças Meningocócicas em Goiás no período de 1972 a 1976. Na época, os antigos hospitais Osvaldo Cruz e Pênfigo não possuíam estrutura para atender a sobrecarga da demanda. Dessa forma, surgiu a necessidade da criação de um hospital que atendesse pacientes portadores de doenças infecciosas e dermatológicas. Assim, nasceu o Hospital de Doenças Tropicais de Goiânia, uma conjunção entre os dois antigos hospitais.

Atualmente, o HDT/HAA é um hospital estadual, administrado pelo Instituto Sócrates Guanaes sob os termos do Contrato de Gestão nº 091/2012 e seus correspondentes aditivos. Hospital com gestão inovadora em saúde, ensino e pesquisa. Presta assistência especializada no tratamento de doenças Infecciosas, Infectocontagiosas, Dermatológicas emergentes e reemergentes, Doenças e agravos inusitados em saúde, Acidentes por animais peçonhentos, Alterações genéticas provenientes de doenças infecciosas e medicina para viajantes. O HDT realiza atendimentos nas áreas de: internação pediátrica, internação adulto, UTI, cirurgia geral, cardiologia, cirurgia torácica, dermatologia, endocrinologia, gastroenterologia, ginecologia, hematologia, infectologia, infectologia-leishmaniose, nefrologia, neurocirurgia, neurologia, proctologia, tisiologia, urologia, psiquiatria; o HDT vem consolidando cada vez mais sua posição junto à população.

No ano 2017, em comemoração aos **40 anos de fundação do Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad (HDT/HAA)**, o Instituto Sócrates Guanaes (ISG), realizou na manhã do dia 10 de janeiro uma solenidade e um debate com o tema "O HDT que encontrei, o HDT que deixei e o HDT que espero ver nos próximos 5 anos". Na ocasião, também foi realizada a posse da nova diretoria da unidade e o descerramento de placa em homenagem às diretoras do quadriênio 2012/2016.

Marcando o processo de uma nova gestão, na ocasião, a administradora Aline Oliveira, que ocupava o cargo de diretora executiva da unidade desde agosto de 2016, foi empossada como a nova diretora geral; a médica infectologista e sanitarista, Heloína Claret, que atua no hospital há mais de 30 anos em cargos assistenciais e administrativos, assumiu a diretoria técnica; e por fim, o infectologista João Alves, que trabalha na unidade há mais de 20 anos e também é professor adjunto do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública da Universidade Federal de Goiás (UFG), tomou posse como diretor de Ensino e Pesquisa (DEP).

No mesmo mês, por iniciativa da diretoria geral da unidade foi estabelecido novo padrão da **Reunião de Gestores**. Os líderes de todas as áreas, técnicas e administrativas foram desafiados a apresentar semanalmente os principais aspectos envolvendo o seu setor, sob uma pauta padronizada pela diretora, difundindo as práticas de cada um, e levando-os inclusive a aprofundar seu conhecimento na gestão de custos do setor, proporcionando apoio à missão de promover uma unidade pautada nos preceitos da economicidade.

Ainda no mês de janeiro, o Novo Regulamento de Compras e Prestação de Serviços foi instalado na unidade, de modo que todos os processos devessem essencialmente segui-lo à risca, para evidenciar a uniformidade da prática processual e a transparência em cada uma das ações.

No início do mês de Fevereiro, passou a fazer parte dos serviços laboratoriais da unidade, o laboratório Labahia, que organizou os fluxos do setor e proporcionou atendimento a todas as demandas internas laboratoriais.

No ano em que completou 4 décadas cuidando da saúde dos goianos e de gente vinda de vários Estados do país, o HDT/HAA recebeu um grande presente: a manutenção do **Selo de Qualidade ONA 1**. O HDT/HAA foi o primeiro hospital de infectologia do país a conquistar o selo, estando este renovado até o ano 2019. A homologação ocorreu após visita de avaliação para manutenção da Acreditação, realizada pelo Instituto Brasileiro para Excelência em Saúde (IBES) nos dias 4 e 5 de outubro de 2016, quando seis avaliadores do Instituto estiveram no hospital. Durante a visita foram analisados todos os setores do HDT/HAA para verificar se a unidade permanece atendendo os requisitos de qualidade e segurança do paciente.

1. Contexto Operacional (Continuação)

No mês de maio, o Novo Parque Tecnológico foi instalado nas alas da unidade, uma missão cumprida pela diretoria geral da Unidade. Com um trabalho organizado, planejado e focado na melhoria e rapidez do sistema eletrônico, o Setor de Tecnologia da Informação da unidade, proporcionou a instalação de mais computadores nas áreas de prescrição. Agilidade, qualidade e eficiência para a prestação qualificada da assistência.

Em Junho deste ano foi aprovado o novo **Planejamento Estratégico 2017/2021** da unidade, sendo devidamente reconhecido pela Superintendência Técnica Científica. O trabalho foi desenvolvido através da participação e envolvimento de todas as lideranças do Hospital, tendo como finalidade alinhar as estratégias de atuação para os próximos quatro anos,

a fim de promover melhorias e adequações de processos, visando a excelência dos serviços prestados à população.

Ainda no mês de Junho, deu-se início ao 6º Termo Aditivo do Contrato Gestão entre o ISG e a Secretaria de Estado da Saúde para gestão do HDT. Com a duração de doze meses, o 6º Termo Aditivo organizou as metas contratuais e elencou novamente obrigações de ambas as partes para a gestão qualificada da unidade.

Em novembro, o Hospital de Doenças Tropicais dr. Anuar Auad (HDT/HAA) criou o programa: “**A Diretoria quer ouvir você**”, voltado para fortalecer o relacionamento com todos os membros das equipes de suas unidades. Houve a realização de um evento intitulado “Café com a diretoria”, onde todos os técnicos de enfermagem do turno noturno puderam expor suas principais necessidades de melhorias e sugestões à diretoria geral e à equipe de apoio administrativo.

Neste mesmo mês ocorreu a implantação da **Estratégia Multimodal de Higienização das Mãos** pela equipe do Serviço de Vigilância em Saúde (SVS), com a intenção de reforçar o envolvimento e mudança de comportamento em cada um dos colaboradores da unidade no que se refere às práticas corretas de higienização das mãos, o uso da estratégia multimodal reduzirá globalmente as IIRAS.

Ainda no mês de novembro, por uma ação da diretoria geral da unidade com o apoio dos setores Financeiro e Controladoria, foi realizada a elaboração do **Orçamento 2018**. Elencando e documentando toda a programação financeira e balanços do ano de 2018. Ação que proporciona planejamento facilitado de ações, bem como visibilidade da realidade financeira da unidade.

Em dezembro o HDT foi selecionado e convocado a participar do **Programa de Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS)**, uma ação do Ministério da Saúde (MS) dirigida ao fortalecimento do SUS em parceria com seis Hospitais filantrópicos nacionais, tendo como objetivo a melhoria das condições de saúde da população brasileira mediante transferência, desenvolvimento e incorporação de novos conhecimentos e práticas.

Sob o título “Melhorando a Segurança do Paciente em Larga Escala no Brasil”. O projeto faz parte do Programa Nacional de Segurança do Paciente, cujo objetivo é contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todo o Brasil. A primeira Sessão de Aprendizagem do Programa foi realizada em São Paulo, e contou com a participação da diretora geral da Unidade, juntamente com as coordenações do Serviço de Vigilância em Saúde, do Núcleo Interno de Segurança do Paciente, do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar e de Enfermagem UTI Adulto da Unidade.

Ainda, por meio do DECRETO nº 9.070, de 16 de Outubro de 2017, o Governo do Estado de Goiás instituiu o Complexo Estadual de Serviços de Saúde de Goiás e padronizou a nomenclatura de todas as unidades de saúde do Estado. O objetivo do governo foi padronizar a identidade visual de todas as unidades de saúde, unificando o sentido para o público em geral que frequenta a rede própria de saúde. Assim, o HDT passou a se chamar **Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad (HDT)**, excluindo da sigla da unidade o HAA, anteriormente usado.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guanaes, vinculados ao contrato de gestão nº 091/2012 do Hospital de Doenças Tropicais - HDT, e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002, aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento da ITG 1000, essência sobre a forma e Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000 – Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009, cujas sínteses estão demonstradas a seguir:

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são

reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros dias de 2017, conforme previsto no Contrato de Gestão 091/2012 ISG-HDT/HAA. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

(b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2017, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.2 Ativo imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão nº 091/2012/SES-GO, administra o HDT/HAA e todos os bens adquiridos com recursos do contrato. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás – SES-GO. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

(b) Depreciação

A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de Goiás.

3.3 Redução ao valor recuperável ("impairment")

O valor contábil do ativo imobilizado é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão 091/2012, deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2017.

3.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames.

3.5 Patrimônio social

O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

3.6 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

3.7 Tributação

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o lucro, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. O valor apurado é recolhido mensalmente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	1.543,77	2.087,04
Bancos conta movimento	5.073.036,84	12.115,81
Aplicações financeiras (*)	504.550,76	0,00
	<u>5.579.131,37</u>	<u>14.202,85</u>

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente CDB no Banco do Brasil e a Fundo de investimento da Caixa Econômica Federal (Caixa FIC) de curtíssimo prazo remunerados a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Cada recurso recebido em razão do convênio é alocado em contas-correntes que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do doador, exceto a conta "Caixa fundo fixo".

5 Demonstrativo do Contrato de Gestão e Aditivos

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendiment o aplicação (+)	Custo Imobilizad o (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/Aditiv o	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pós.) ou Déficit (Neg.)	Custo Médio Mensal
201							(2.042.328,25)			46.200.000,00			
2	20.135.000,00	23.098,90	552.540,67	727.415,71		22.375.302,19		23.485.000,00	3.350.000,00		26.065.000,00	24.022.671,75	3.729.217,03
201							(8.239.272,95)			48.537.660,57			
3	48.421.556,38	41.837,43	1.270.588,53	20.049,99	1.357.941,42	52.051.858,55		47.434.480,66	2.362.924,28		26.181.104,19	17.941.831,24	4.337.654,88
201							(15.950.639,02)		(2.291.707,79)	50.048.400,00			
4	53.914.081,98	99.732,21	4.796.692,48	52.639,77	2.624.608,52	54.356.519,03		49.259.449,91			22.315.422,21	6.364.783,19	4.529.709,92
201					(6.759.166,63)		(16.077.603,31)			70.307.467,64			
5	58.428.685,81	12.005,62	1.153.870,94	207.722,60		64.380.674,01		66.523.296,97	5.802.903,37		34.194.204,04	18.116.600,73	5.365.056,17
201		2.240,73			(11.817.448,75)		(20.888.838,50)			57.745.018,32			
6	59.298.774,98		7.773.692,62	441.768,75		68.597.775,78		57.745.018,32	4.249.146,71		32.640.447,38	11.751.608,88	5.716.481,32
201					(1.000,00)		(25.057.931,00)		(2.258.293,50)	74.975.706,52			
7	72.701.618,12	7.645,08	71.580,86	335.584,15		77.143.358,99		66.194.177,91			34.914.535,78	9.856.604,78	6.428.613,25

Os valores apresentados nesse demonstrativo referem-se às parcelas a serem executadas, previstas no Contrato de Gestão Nº 091/2012, firmado entre a SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o Instituto, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no HDT/HAA, em Goiânia - GO.

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)" no valor de R\$ 25.057 milhões, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas – regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros dias de 2018, conforme previsto no Contrato de Gestão 091/2012 ISG-HDT/HAA.

Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, e demais aditivos o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2017 é de R\$ 34.914 milhões até a conclusão do contrato (prevista para 27/06/2018). Contudo, o Instituto já ingressou com novos pedidos de repactuação através dos Ofícios 053/2017- ISG protocolado em 01/11/2017 e 020/2018-ISG protocolado em 09/03/2018, o qual aguarda resultado.

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 9.856 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custo/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual.

6 Estoque

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Estoque HDT	<u>785.449,73</u>	<u>725.285,27</u>

7 Partes Relacionadas

Em dezembro de 2017 o ISG aderiu ao parcelamento da dívida do INSS das unidades HEAL, HDT, HERC, CS e da Sede. Como os pagamentos são unificados, e alguns foram realizados pelo HDT, e as parcelas correspondentes a cada uma das unidades acima estão sendo registradas como empréstimos a receber.

8 Ativo Compensado

O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais recebidos da SES-GO e aos adquiridos durante a vigência do contrato de gestão nº 091/2012, firmado com o Estado de Goiás, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2017.

Custo	Instalações	Móveis e Utensílios	Máq. e Equip.	Equip. de Infor.	Equip. Hosp.	Benfeitorias em Prop. de Terceiros	Direito de Uso de Softw.	Outros Bens Recebidos em Comodato	Total
Em 31 de dezembro de 2014								4.626.039,92	4.626.039,92
Em 31 de dezembro de 2015								4.626.039,92	4.626.039,92
Transf.	33.180,03	563.080,42	196.316,04	233.932,41	1.202.628,50	6.324.492,87	26.027,26	-	8.579.657,53
Adição	-	36.138,00	22.703,95	26.258,86	15.485,00	-	-	-	100.585,81
Em 31 de dezembro de 2016	33.180,03	599.218,42	219.019,99	260.191,27	1.218.113,50	6.324.492,87	26.027,26	4.626.039,92	13.306.283,26
Adição	-	25.491,86	8.315,00	33.250,00	4.524,00	28.100,00	-	-	99.680,86
Em 31 de dezembro de 2017	33.180,03	624.710,28	227.334,99	293.441,27	1.222.637,50	6.352.592,87	26.027,26	4.626.039,92	13.405.964,12

9 Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores de bens e mercadorias	3.217.009,64	3.170.181,88
Fornecedores de serviços	8.613.893,07	8.473.528,13
	<u>11.830.902,71</u>	<u>11.643.710,01</u>

Os fornecedores de bens e mercadorias, são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos, bem como os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são todos necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão 091/2012, ISG-HDT/HAA.

10 Salários e encargos sociais

As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim apresentadas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários a pagar	1.422.261,50	1.464.809,80
INSS	798.435,30	2.062.761,54
FGTS	214.816,40	378.390,16
Provisões férias e encargos	2.839.053,94	2.653.255,04
Outros	1.243,52	4.476,55
	<u>5.275.810,66</u>	<u>6.563.693,09</u>

11 Obrigações tributárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
INSS retido de terceiros	996.881,52	325.794,86
Imposto de renda retido na fonte	2.304.068,04	990.352,19
ISS retido de terceiros	353.494,74	186.516,97
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros	551.484,22	182.233,33
PIS sobre folha de pagamento	159.151,10	80.631,17
INSS Parcelamento	4.329.825,61	0,00
Outros	4050,38	1194,04
	<u>8.698.955,61</u>	<u>1.766.722,56</u>

12 Subvenções assistências a realizar

O montante de subvenção a realizar proveniente do contrato 091/2012 ISG-HDT/HAA/COREME (Comissão de Residência Médica) está composto da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Subvenções Governamentais - COREME	9.411,05	9.411,05
	<u>9.411,05</u>	<u>9.411,05</u>

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação.

A subvenção aqui apresentada impõe determinada condição de desempenho futuro e/ou limitações em sua aplicação, sobre o Instituto (ISG/HDT/HAA), desta forma a mesma é controlada no passivo e somente após atendido os critérios de desempenho e/ou utilização do recurso é reconhecida como receita.

Atendidos os critérios estabelecidos nas normas contábeis e no contrato de gestão, durante o exercício de 2017, a realização das despesas superou os valores repassados pela SES-GO. Desta forma, a entidade teve que antecipar custos e passou a registrar essas diferenças em direito a receber no ativo circulante, conforme Nota 05, limitando-se esse reconhecimento ao valor do contrato.

Com base no novo entendimento sobre os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, onde determina que os bens devem ser reconhecidos diretamente em conta de resultado, o saldo da subvenção para investimento de 2016, bem como os valores das aquisições de bens móveis e imóveis durante ano de 2017, foram contabilizados em contas de despesas e receitas simultaneamente.

13 Contingências

A Entidade é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

Por força do 5º Termo Aditivo ao contrato de gestão nº 091/2012/SES/GO, assinado em 19/08/2016, especificamente, nos itens 8.7; 8.7.1 e 13.9, fica definido que apesar da responsabilidade ser da CONTRATADA (ISG-HDT), a CONTRANTE (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento da provisão trabalhista. Contudo o valor estimado das causas classificadas em dezembro de 2017 como perda provável, com base em informações de seus assessores jurídicos, é de aproximadamente R\$ 244.824,65.

14 Receitas com programa de atividades de saúde com restrição

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Programa atividades de saúde (i)	75.321.916,10	68.153.766,30
	<u>75.321.916,10</u>	<u>68.153.766,30</u>
Receita	75.321.916,10	68.153.766,30
Custeio	75.321.916,10	68.153.766,30
Investimento (depreciação)	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	75.321.916,10	68.153.766,30

(i) Receita de subvenção realizada em razão da execução do Contrato de Gestão - CG nº 091/2012, firmado com SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, sendo em 31 de dezembro de 2017, R\$ 75.321.916,10 registrado como receita de subvenção para custeio (R\$ 68.153.766,30 em 31 de dezembro de 2016).

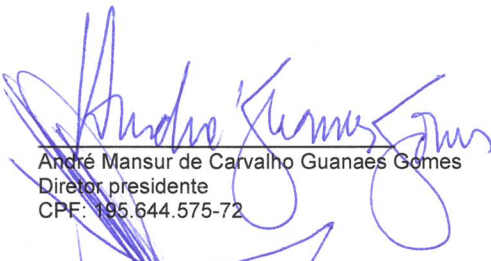
15 Custos com programa de atividades de saúde

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custo de pessoal próprio	26.980.849,66	26.237.287,67
Custo de pessoal cedido (i)	13.044.822,04	9.576.565,28
Custos de serviços assistências e de apoio	3.802.469,97	6.198.494,55
Contratos de serviços SESGO (ii)	0,00	63.953,14
Medicamentos	2.934.635,72	3.058.957,54
Materiais médicos e hospitalares (iii)	2.122.965,71	2.000.307,59

Materiais em geral (iii)	581.835,60	687.544,09
Outros	1.109.034,83	404.670,36
	<u>50.576.613,53</u>	<u>48.227.780,22</u>


- (i) (i) Em detrimento do contrato de gestão 091/2012, foram cedidos funcionários estatutários, conforme cláusula específica, para compor o quadro de pessoal do HDT/HAA, cujas remunerações continuam sendo pagas pelo Estado. Em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade, como custo, pois em essência, o pessoal cedido trabalha no HDT/HAA e são remunerados com recursos provenientes do contrato de gestão nº 091/2012, mediante dedução dos valores de subvenções mensais. Contudo, a partir do mês de abril de 2017, a SES/GO, através de seu setor específico, o qual é responsável por prover os relatórios, com a discriminação das rubricas e quantitativos a serem glosados (deduções da folha e telefonia), sobre os repasses de subvenções mensais, em relação ao contrato de gestão, deixou de encaminhar a OS as informações, extremamente necessárias, para composição dos nossos custos/despesas. Neste sentido, foram encaminhadas diversas correspondências, por meio dos Ofícios 402/2017, 527/2017, 620/2017, 743/2017, 804/2017, 011/2017 e 022/2017, porém sem retorno. Sendo assim, realizou-se o reconhecimento contábil, na rubrica "custo", por período, no montante apurado entre os valores previstos de recebimentos e os realmente auferidos. Diante do fato narrado, não foi possível validar se os valores glosados (colaboradores cedidos SES/GO e telefonia) estão de acordo com o previsto no contrato de gestão.
- (ii) Referem-se aos contratos firmados anteriormente ao início do contrato de gestão nº 091/2012, para o qual foram mantidos durante a gestão do ISG-HDT/HAA e o qual se justifica o reconhecimento em custo de contratos. Estes valores também são deduzidos do valor do repasse da subvenção mensal, sendo adotado o mesmo princípio para os custos com pessoal cedido citado no item anterior.
- (iii) Mudança de apresentação no grupo de contas vinculadas aos custos com programa de atividades de saúde. Informamos que no exercício de 2016 o montante gasto com Insumos de CME (conta contábil 6.1.03.01.0014) foi incorporada no grupo de "Materiais em geral" no valor de R\$51.602,69. Contudo para o exercício de 2017 os custos com Insumo de CME no valor de R\$57.870,41 foi incorporado no grupo de "Matérias médicos e hospitalares".

Goiânia (GO), 20 de abril de 2018.



André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
Diretor presidente
CPF: 195.644.575-72

Terêncio Sant'Ana Costa
Superintendente Financeiro
CPF: 053.180.415-15



Patrícia de Oliveira da Silva
Contadora CRC 1RJ086066/O-0 "S" GO

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração das mutações do patrimônio social

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores do
INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG
GESTORES DO CENTRO ESTADUAL DE ATENÇÃO PROLONGADA E CASA DE APOIO CONDOMÍNIO SOLIDARIEDADE –
CEAP-SOL
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL (Entidade)**, - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada “**Base para opinião com ressalva**”, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, foram insuficientes para concluir sobre a valoração dos custos que compõem o valor do Estoque de R\$ 219 mil. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração do grupo e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Conforme item “i”, da nota explicativa número 14, não conseguimos validar os valores reconhecidos na rubrica “custo de pessoal cedido”. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração do grupo e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

▪ Subvenção a Realizar e Reconhecimento da Receita

Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Subvenções a realizar, proveniente de repasses da Secretária de Estado da Saúde de Goiás – SES/GO, estão correlacionados na Nota “11 SUBVENÇÕES ASSISTÊNCIAIS A REALIZAR”, relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre Subvenções a realizar, no valor de R\$ 7.913 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no Termo de Transferência de Gestão nº 003/2013, e aditivos, firmado entre a SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL, será cumprido no exercício de 2018.

A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 18.877 milhões, contudo, não ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude do custo/despesa ter sido menor que os valores repassados, para o período em análise.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro do Crédito de Subvenções da SES/GO, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida, ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes.

Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita.

Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota "11 SUBVENÇÕES ASSISTÊNCIAS A REALIZAR", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB

▪ **Mudança no Critério Contábil**

Os detalhes sobre a política contábil, relativa a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "a", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não mais reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do Termo de Transferência de Gestão nº 003/2013, firmado entre a SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do **Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade - CEAP-SOL**, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens passaram a não ser registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-GO, e que ao final, do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do **CEAP-SOL** optou por acatar o novo entendimento contábil.

Resposta da auditoria ao assunto

Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou à NBC TG 26 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer.

Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da **ESSÊNCIA SOBRE A FORMA**, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s).

Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

Ênfase

Continuidade das operações

Conforme descrito na Nota 11, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-GO, conforme previsto no Termo de Transferência de Gestão Nº 003/2013 e demais aditivos, contudo, indicamos a existência de incerteza quanto a continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 27/06/2018. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 26 de abril de 2017.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia – GO, 25 de abril de 2018.

Work7 Auditores Independentes SS

CRC 001891 GO

José Ricardo Xavier

Contador CRC GO-013785/O-0
CVM 12.424

**Balço patrimonial
Em 31 de dezembro
(Em reais)**

	Nota	2017	2016
-			
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.523.545,46	3.962.531,63
Estoque	5	219.471,05	18.434,11
Outros ativos		42.065,32	-
Total do ativo circulante		<u>4.785.081,83</u>	<u>3.980.965,74</u>
Não Circulante			
Partes relacionadas	6	5.366.630,89	1.892.747,08
Total do ativo não circulante		<u>5.366.630,89</u>	<u>1.892.747,08</u>
Total do ativo		<u>10.151.712,72</u>	<u>5.873.712,82</u>
Ativo compensado	7	<u>7.777.238,91</u>	<u>7.522.699,04</u>
Total do ativo e do ativo compensado		<u>17.928.951,63</u>	<u>13.396.411,86</u>
Passivo e patrimônio social			
Circulante			
Fornecedores	8	609.856,92	356.101,40
Salários e encargos sociais	9	1.381.766,80	-
Obrigações tributárias	10	195.983,41	73.128,81
Subvenções assistências a realizar	11	7.913.591,49	5.444.482,61
Outras conta a pagar	12	43.108,39	-
Total do passivo circulante		<u>10.144.307,01</u>	<u>5.873.712,82</u>
Não Circulante			
Partes relacionadas	6	7.405,71	-
Total do passivo		<u>10.151.712,72</u>	<u>5.873.712,82</u>
Passivo compensado	7	<u>7.777.238,91</u>	<u>7.522.699,04</u>
Total do passivo e patrimônio social e passivo compensado		<u>17.928.951,63</u>	<u>13.396.411,86</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em reais)

	Nota	2017	2016
Receitas com restrição			
Programa atividades de saúde	13	<u>18.877.462,35</u>	<u>9.597.540,19</u>
Custos com programa			
Programa de atividades de saúde	14	<u>(7.953.567,80)</u>	<u>(2.272.392,97)</u>
Superávit bruto		10.923.894,55	7.325.147,22
Despesas operacionais			
Com pessoal		(3.332.798,84)	(3.465.129,00)
Serviços prestados por terceiros		(6.867.932,27)	(3.576.905,13)
Gerais e administrativas		(668.667,43)	(257.065,46)
Tributárias		<u>(55.010,58)</u>	<u>(8.651,20)</u>
		<u>(10.924.409,12)</u>	<u>(7.307.750,79)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		(514,57)	17.396,43
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		63.679,32	15.321,05
Despesas financeiras		<u>(63.164,75)</u>	<u>(32.717,48)</u>
		<u>514,57</u>	<u>(17.396,43)</u>
Superávit do exercício		<u><u>(0,00)</u></u>	<u><u>0,00</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

Demonstração das mutações do patrimônio social
(Em reais)

Sem movimento

**Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro
(Em reais)**

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades sociais		
Superávit do exercício	-	-
Variações nos ativos e passivos		
Estoque	(201.036,94)	11.211,50
Partes relacionadas	(3.466.478,10)	(712.080,65)
Outros ativos	(42.065,32)	-
Fornecedores	253.755,52	(59.671,04)
Salários e encargos sociais	1.381.766,80	-
Obrigações tributárias	122.854,60	35.251,03
Subvenções e assistências a realizar	2.469.108,88	5.001.882,20
Outras conta a pagar	43.108,39	(459.534,42)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais	<u>561.013,83</u>	<u>3.817.058,62</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>561.013,83</u></u>	<u><u>3.817.058,62</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>3.962.531,63</u>	<u>145.473,01</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>4.523.545,46</u></u>	<u><u>3.962.531,63</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
(em reais)

1. Contexto Operacional

O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa.

Em 02 de dezembro de 2013 foi celebrado por meio do termo nº003/2013 a transferência da gestão do Condomínio Solidariedade para o Instituto Sócrates Guanaes. O Condomínio Solidariedade é uma unidade com natureza de Casa de Apoio e reabilitação às pessoas infectadas com HIV/AIDS. Criado em meados da década de 80 constituiu-se desde o nascimento como instituição estadual de Casa de apoio ao portador de infecção pelo vírus HIV/AIDS.

Sob a gestão do ISG, concluiu-se a 1ª etapa de obras de revitalização contemplando o refeitório e à área onde está localizada a nova CASA DE APOIO dividida em: 28 hospedarias, 18 quartos, 02 vestuários (masculino e feminino), banheiro unissex, sala de convivência, 01 consultório odontológico além da compra de equipamentos e mobiliários para atender as demandas destes. Contratação de nutricionista, psicólogas, assistentes sociais, enfermeiros e técnicos possibilitaram a implementação dos setores propiciando um atendimento de qualidade aos hóspedes que necessitam do serviço.

Em meados de novembro de 2014 iniciou-se o segundo grande ciclo de obras e revitalização da unidade que passou a oferecer oficinas de cozinha, informática, mais um consultório odontológico, 30 leitos assistenciais além de atendimento ambulatorial para os usuários. A reinauguração ocorreu em 30.11.2015, com uma nova modelagem o que permitirá uma assistência integral e Multidisciplinar aos portadores do vírus HIV/AIDS, contribuindo para que os mesmos passem por um processo de reinserção social, familiar e no mercado de trabalho. Estes serviços contribuirão para o aumento da sobrevida dos pacientes e diminuição da hospitalização, resultando em melhores condições de vida garantindo atendimento humanizado, respeitando as diferenças comportamentais.

Atualmente encontra-se integrado ao HDT, amplificando sua atuação para doenças infectocontagiosas, porém mantendo-se ainda como casa de Apoio e Reabilitação. A unidade ainda tem como objetivo auxiliar a reintegração de seus pacientes no respectivo núcleo familiar e na comunidade e, ainda, a retomada ou o início do desenvolvimento de atividades laborais, contando com a rede de apoio social local.

O projeto do Condomínio Solidariedade é um projeto inovador no Estado de Goiás e o grande desafio é fazê-lo referencia nacional resgatando sua identidade inicial como quando criado na década de 80.

O ano anterior (2016) foi desafiador para o Condomínio, pois foi o ano em que se consolidou os atendimentos do **Núcleo Ambulatorial** em Odontologia, Fisioterapia, Nutrição e Psicologia para pacientes com doenças infecciosas e dermatológicas. Outro serviço especializado ofertado pela unidade é o do **Núcleo Psicossocial (Casa de Apoio)**, que oferece hospedagem para pacientes soropositivos residentes nos municípios do interior do Estado, com procedimentos de saúde a serem realizados em Goiânia.

Além disso, investindo em um projeto inovador e arrojado para garantir a satisfação do usuário, foram iniciadas as atividades do seu **Núcleo de Assistência Hospitalar** no dia 16 de Janeiro de 2017, uma enorme conquista para a unidade e para a saúde pública dos goianos. O Núcleo conta com a disponibilidade de 30 leitos e toda a estrutura para internação de pacientes com doenças infecciosas e dermatológicas, com atendimento integral, humanizado, assistência médica e de equipe multiprofissional, com objetivo de melhorar a continuidade do tratamento, minimizando danos e incrementando a qualidade de vida do paciente.

Outras ações importantes foram mantidas, como as **Oficinas Profissionalizantes** em Artesanato e Culinária, com o objetivo de munir os pacientes de práticas que revertam suas habilidades em auto sustentação, uma vez que na maioria das vezes é afetada pelo alto número de desemprego oriundo do preconceito e discriminação.

Com o intuito de promover uma maior reflexão sobre a disseminação do vírus HIV e promover uma discussão da realidade vivida pelos portadores, o Condomínio Solidariedade e o Instituto Sócrates Guanaes (ISG), promoveram no dia 1º de Dezembro – data em que se comemora o Dia Mundial de Combate à AIDS – o **2º Encontro do Dia Mundial de Luta Contra a AIDS**. O evento contou com programação em dois momentos distintos: a palestra "Expectativa de vida do portador. Senescência do vivendo" no período da manhã e o espetáculo teatral "Esta dor só dói em mim?" no período noturno. A peça de teatro teve como intuito promover uma reflexão sobre a disseminação do vírus, o impacto do diagnóstico e a possibilidade da qualidade de vida para os portadores do vírus HIV com a adesão ao tratamento.

O Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Transferência de Gestão de nº 003/2013, firmado em 28.06.2014, foi incorporado ao Contrato de Gestão nº091/2012 do Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad. Desde então, proferiu uma gestão com excelência e dedicação, seguindo os princípios legais (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência), tendo prazo previsto de encerramento em 27.06.2018.

Ainda, por meio do DECRETO nº 9.070, de 16 de Outubro de 2017, o Governo do Estado de Goiás instituiu o Complexo Estadual de Serviços de Saúde de Goiás e padronizou a nomenclatura de todas as unidades de saúde do Estado. O objetivo do governo foi padronizar a identidade visual de todas as unidades de saúde, unificando o sentido para o público em geral que frequenta a rede própria de saúde. Assim, o Condomínio Solidariedade passou a se chamar **Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade (CEAP-SOL)**.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis abrangem apenas as operações do Instituto Socrates Guanaes, vinculados ao termo de transferência nº 003/2013 do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade (CEAP-SOL), e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002, aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento da ITG 1000, essência sobre a forma e Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000 – Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009, cujas sínteses estão demonstradas a seguir:

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto.

2 Base de preparação

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros dias de 2018, conforme previsto no Termos de Transferência de Gestão 003/2013 ISG/CEAP-SOL. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

(b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma

parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2017, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.2 Ativo imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do Termo de Transferência de gestão nº 003/2013/SES-GO, administra o CEAP-SOL e todos os bens adquiridos com recursos do contrato. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível. Termo de Transferência de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do termo estes serão devolvidos a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás – SES-GO. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

(b) Depreciação

A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de Goiás.

3.3 Redução ao valor recuperável ("impairment")

O valor contábil do ativo imobilizado é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do Termo de Transferência de gestão nº 003/2013, deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2017.

3.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames.

3.5 Patrimônio social

O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

3.6 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

3.7 Tributação

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o lucro, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. O valor apurado é recolhido mensalmente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Bancos conta movimento	2.181.075,37	3.962.531,63
Aplicações financeiras (*)	<u>2.342.470,09</u>	<u>0,00</u>
	<u>4.523.545,46</u>	<u>3.962.531,63</u>

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente CDB no Banco do Brasil e a Fundo de investimento da Caixa Econômica Federal (Caixa FIC) de curtíssimo prazo remunerados a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Cada recurso recebido em razão do convênio é alocado em contas-correntes que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do doador, exceto a conta "Caixa fundo fixo".

5 Estoque

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Estoque	<u>219.471,05</u>	<u>18.434,11</u>

6 Partes relacionadas

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
ISG - Matriz	(a)	47.404,27	44.860,50
IGS - HDT	(a)	5.319.226,62	1.847.886,58
IGS - HEAL	(b)	<u>-7.405,71</u>	<u>0,00</u>
		4.359.225,18	1.892.747,08

(a) Refere-se a bloqueios judiciais efetuados na conta corrente do Condomínio Solidariedade, relativos a processos trabalhistas de ex-funcionários do ISG Matriz. Esse valor deverá ser devolvido do ISG Matriz para o Condomínio Solidariedade.

Refere-se ao saldo entre recursos transferidos do Condomínio Solidariedade para o HDT, deduzidos dos valores que o Condomínio Solidariedade tem a pagar ao HDT relativos, principalmente, ao custo com funcionários conforme rateio efetuado entre as partes.

(b) Refere-se à desbloqueios de depósitos judiciais ocorridos no HEAL e recebidos na conta corrente do CS. O mesmo será regularizado em 2018.

7 Ativo Compensado

O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais recebidos da SES-GO e aos adquiridos durante a vigência do contrato de gestão nº 003/2013, firmado com o Estado de Goiás, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2017.

Custo	Bens Recebido em Comodato	Móveis e Utensílios	Máq. e Equip.	Equip. de Inform.	Equip. Hosp.	Benfeitorias em Propried. de Terceiros	Imobilizado em andamento	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2014	179.864,72	323.672,16	6.203,30	9.432,24	27.079,50	2.115.608,88	-	-	2.661.860,80
Adição		<u>1.243.644,08</u>	<u>105.000,00</u>	<u>47.207,00</u>	<u>469.856,53</u>	<u>2.537.713,23</u>	<u>66.000,00</u>	<u>9.678,40</u>	<u>4.479.099,24</u>
Em 31 de dezembro de 2015	179.864,72	1.567.316,24	111.203,30	56.639,24	496.936,03	4.653.322,11	66.000,00	9.678,40	7.140.960,04
Adição		<u>9.755,00</u>	<u>70.400,00</u>	<u>7.776,00</u>	<u>79.808,00</u>	<u>-</u>	<u>(66.000,00)</u>	<u>280.000,00</u>	<u>381.739,00</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>179.864,72</u>	<u>1.577.071,24</u>	<u>181.603,30</u>	<u>64.415,24</u>	<u>576.744,03</u>	<u>4.653.322,11</u>	<u>-</u>	<u>289.678,40</u>	<u>7.522.699,04</u>
Adição	<u>-</u>	<u>95.935,32</u>	<u>20.459,55</u>	<u>136.465,00</u>	<u>1.670,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>254.529,87</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>179.864,72</u>	<u>1.673.006,56</u>	<u>202.062,85</u>	<u>200.880,24</u>	<u>578.414,03</u>	<u>4.653.322,11</u>	<u>-</u>	<u>289.678,40</u>	<u>7.777.228,91</u>

8 Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores de bens e mercadorias	140.837,27	63.547,63
Fornecedores de serviços	469.019,65	(i) 292.553,77
	<u>609.856,92</u>	<u>356.101,40</u>

Os fornecedores de bens e mercadorias são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos, bem como os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são todos necessários a atividade operacional para atendimento ao termo de transferência de gestão 003/2013, ISG/CEAP-SOL.

(i) A provisão de serviços prestados se refere a custo/despesa da prestação de serviço, já executada, conforme contrato, porém sem a devida emissão da Nota Fiscal de Serviço. Este reconhecimento se baseia em normas contábeis para atendimento ao regime de competência. Para o exercício de 2017 este grupo foi remanejado para a Nota Explicativa 12.

9 Salários e encargos sociais

As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim apresentadas:

	2017	2016 (i)
Salários a pagar	403.597,58	0,00
INSS	205.176,03	0,00
FGTS	56.641,83	0,00
Provisões férias e encargos	716.215,69	0,00
Outros	135,67	0,00
	<u>1.381.766,80</u>	<u>0,00</u>

(i) Em relação ao exercício findo de 2016, as obrigações de salários e encargos sociais, vinculados ao contrato do ISG/CEAP-SOL, eram controladas conjuntamente com as demonstrações do ISG/HDT. Contudo os saldos eram todos registrados nos custos do CEAP-SOL, conforme normas contábeis.

10 Obrigações tributárias

	2017	2016
INSS retido de terceiros	24.346,87	8.242,97
ISS retido de terceiros	21.957,28	40.668,49
PIS s/ Folha a recolher	7.460,69	0,00
Imposto de renda retido na fonte	128.500,73	627,17
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros	13.717,84	23.590,18
	<u>195.983,41</u>	<u>73.128,81</u>

11 Subvenções assistências a realizar

O montante de subvenção a realizar proveniente do termo de transferência de gestão 003/2013 ISG-CEAP-SOL está composto da seguinte forma:

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
2014	9.470.854,96	91.399,75	2.481.996,08	0,00	0,00	6.262.731,08	817.527,55	12.568.524,54	3.887.165,88	12.489.574,91	8.545.194,05	9.362.721,60
2015	13.805.942,96	48.089,57	4.479.099,24	238,64	(146.087,62)	9.896.186,67	442.600,43	12.059.526,39	2.140.749,31	12.102.006,39	6.841.257,48	7.283.857,91
2016	14.521.626,96	486,97	381.739,00	14.834,08	66.479,78	9.086.847,05	5.444.482,61	15.494.458,17	3.113.580,52	21.234.000,00	13.553.630,52	18.998.113,13
2017	21.346.571,23	53.089,65	254.539,87	10.589,67	157.912,32	18.528.689,48	7.913.591,49	21.368.644,02	3.135.653,31	10.928.594,02	3.135.653,31	11.049.244,80

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação.

A subvenção aqui apresentada impõe determinada condição de desempenho futuro e/ou limitações em sua aplicação, sobre o Instituto (ISG/CEAP-SOL), desta forma a mesma é controlada no passivo e somente após atendido os critérios de desempenho e/ou utilização do recurso é reconhecida como receita.

Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, e demais aditivos o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2017 é de R\$ 3.135 milhões até a conclusão do contrato (prevista para 27/06/2018).

12 Outras Contas a pagar

	2017	2016
Outras contas a pagar	43.108,39	0,00
	<u>43.108,39</u>	<u>0,00</u>

Este saldo se refere a provisão de serviços já prestados, conforme contrato. Porém, sem a devida emissão da Nota Fiscal de Serviço. Este reconhecimento se baseia em normas contábeis para atendimento ao regime de competência. Para o exercício de 2016 este grupo foi apresentado na Nota Explicativa 8 item (i).

13 Receitas operacionais - com restrição

	2017	2016
Programa atividades de saúde (i)	18.877.462,35	9.597.540,19

(i) Receita de subvenção realizada em razão da execução do Termo de Transferência de gestão nº 003/2013, firmado com SES-GO – Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o ISG/CEAP-SOL.

14 Custos com programa de atividades de saúde

	2017	2016
Custo de pessoal cedido (i)	1.848.038,72	1.777.517,21
Custo de pessoal próprio	5.000.364,17	0,00
Generos Alimentícios	1.025,61	282.400,96
Materiais em geral	146.384,11	62.398,51
Materiais médicos e hospitalares	292.126,95	17.222,93
Custos de serviços assistências e de apoio	480.629,40	132.853,36
Outros	184.998,84	0,00
	<u>7.953.567,80</u>	<u>2.272.392,97</u>

(i) Em detrimento do termo de transferência de gestão 003/2013, foram cedidos funcionários estatutários, conforme cláusula específica, para compor o quadro de pessoal do CEAP-SOL, cujas remunerações continuam sendo pagas pelo Estado. Em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade, como custo, pois em essência, o pessoal cedido trabalha no CEAP-SOL e são remunerados com recursos provenientes do termo de transferência de gestão nº 003/2013, mediante dedução dos valores de subvenções mensais. Contudo, a partir do mês de abril de 2017, a SES/GO, através de seu setor específico, o qual é responsável

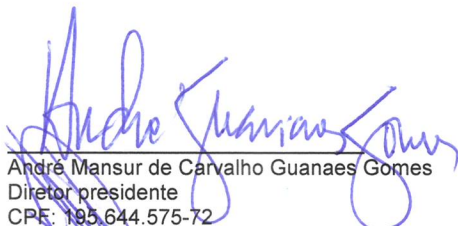
por prover os relatórios, com a discriminação das rubricas e quantitativos a serem glosados (deduções da folha e telefonia), sobre os repasses de subvenções mensais, em relação ao contrato de gestão, deixou de encaminhar a OS as informações, extremamente necessárias, para composição dos nossos custos/despesas. Neste sentido, foram encaminhadas diversas correspondências, por meio dos Ofícios 402/2017, 527/2017, 620/2017, 743/2017, 804/2017, 011/2017 e 022/2017, porém sem retorno. Sendo assim, realizou-se o reconhecimento contábil, na rubrica "custo", por período, no montante apurado entre os valores previstos de recebimentos e os realmente auferidos. Diante do fato narrado, não foi possível validar se os valores glosados (colaboradores cedidos SES/GO e telefonia) estão de acordo com o previsto no contrato de gestão.

15 Contingências

A Entidade é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

Por força do 6º Termo Aditivo ao contrato de gestão nº 003/2013/SES/GO, assinado em 16/08/2017, especificamente, nos itens 9.19 e 9.19.1, fica definido que apesar da responsabilidade ser da CONTRATADA (ISG-CEAP-SOL), a CONTRATANTE (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento da provisão trabalhista. Contudo o valor estimado das causas classificadas em dezembro de 2017 como perda provável, com base em informações de seus assessores jurídicos, é de aproximadamente R\$ 30.000,00.

Goiânia (GO), 20 de abril de 2018.



André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
Diretor presidente
CPF: 195.644.575-72

Terêncio Sant'Ana Costa
Superintendente Financeiro
CPF: 053.180.415-15



Patrícia de Oliveira da Silva
Contadora CRC 1RJ086066/O-0 "S" GO